

Ponto de situação sobre a execução do Plano de Recuperação e Resiliência¹

Maria Campos²

O PRR português obteve aprovação através da Decisão de Execução do Conselho Europeu e do Parlamento em 13 de julho de 2021. Em 25 de maio de 2023, Portugal submeteu à Comissão Europeia uma versão revista do PRR. A generalidade dos países da UE apresentou propostas no mesmo sentido, refletindo a revisão da chave de alocação dos fundos do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), no seguimento da publicação pelo Eurostat dos dados definitivos de contas nacionais para 2020 e 2021, a disponibilização de fundos adicionais ao abrigo do REPowerEU e a realocação dos recursos da Reserva de Ajustamento ao *Brexit*. Adicionalmente, os Estados-Membros sublinharam a necessidade de adaptar os seus planos ao novo contexto macroeconómico, caracterizado pelo aumento no nível geral de preços e pela escassez de recursos produtivos, parcialmente associada ao prolongamento das disrupções nas cadeias de abastecimento.

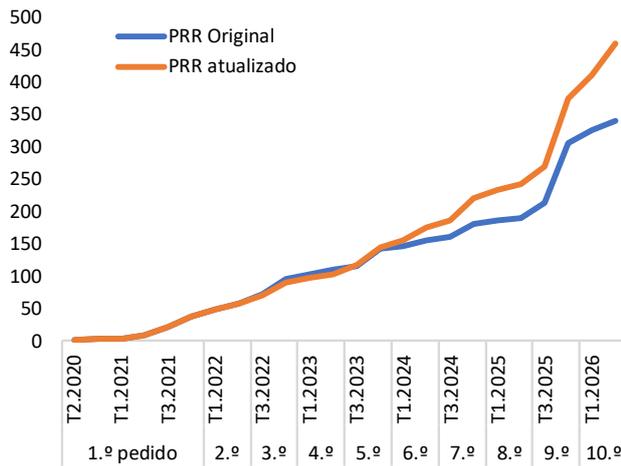
No caso de Portugal, a revisão da chave de alocação traduziu-se num aumento de 1,6 mil milhões de euros no montante de subvenções disponível para financiar os projetos do PRR. Adicionalmente, Portugal solicitou mais 703 milhões de euros de subvenções ao abrigo do REPowerEU, 81 milhões de euros relativos à sua participação na Reserva de Ajustamento ao *Brexit* e 3,2 mil milhões de empréstimos. Assim, a dotação total do PRR passaria para 22,2 mil milhões de euros (o que compara com os 16,6 mil milhões do PRR inicial). No PRR atualizado, Portugal propõe-se implementar 12 reformas adicionais e mais 34 investimentos do que o inicialmente considerado, num total de 44 reformas e 117 investimentos. As novas iniciativas incluem reformas para reforçar a eficiência do sistema fiscal e de proteção social, promover a economia circular e acelerar a transição digital na Administração Pública. No que respeita aos investimentos, destacam-se o reforço das agendas de investigação e inovação, projetos para acelerar a transformação digital e a digitalização da ciência e o reforço das respostas aos desafios sociais. As iniciativas previstas no novo capítulo referente ao REPowerEU, que visam globalmente contribuir para a redução da dependência em combustíveis fósseis, incluem medidas como o aumento da eficiência energética em edifícios, o apoio à descarbonização da indústria e o reforço dos transportes sustentáveis.

A proposta de alteração do PRR português recebeu um parecer positivo por parte da Comissão Europeia, estando previsto a respetiva aprovação pelo Conselho da UE durante o mês de outubro. Após este momento, Portugal solicitará um pré-financiamento relativo aos fundos do REPowerEU. Em outubro foram retomados os pedidos de desembolso regulares de empréstimos e subvenções com a submissão do terceiro e quarto pedidos, correspondentes a 45 marcos e metas de desembolso. Note-se que, enquanto o PRR inicial previa 341 marcos e metas, a reprogramação prevê agora mais 120, num total de 461 marcos e metas de desembolso. Em linha com a calendarização inicial, Portugal reportou, até ao final de 2022, o cumprimento de 58 marcos e metas, tendo apresentado à Comissão Europeia dois pedidos de desembolso, além do pré-financiamento recebido em 2021.

¹ Publicado no [Relatório do Orçamento do Estado 2024](#).

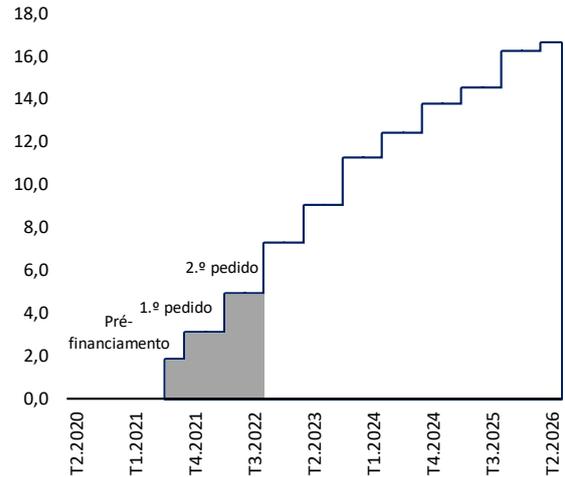
² GPEARI-Ministério das Finanças.

Gráfico 1. Calendarização dos marcos e metas
(em número)



Fonte: Recuperar Portugal.

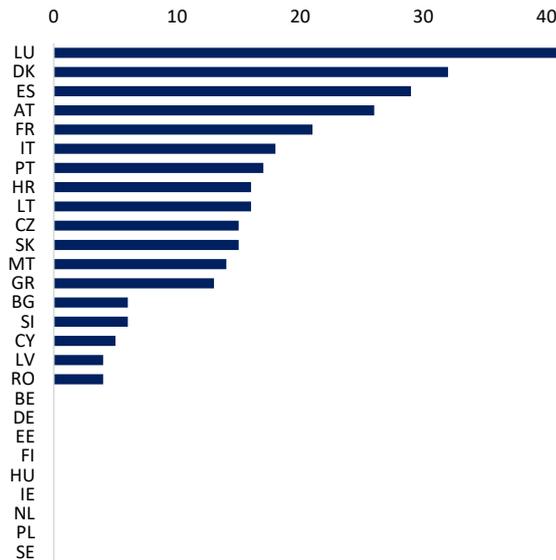
Gráfico 2. Calendarização dos pedidos de desembolso
(em milhares de milhões de euros)



Fonte: Recuperar Portugal.

Considerando a calendarização inicial, Portugal é atualmente um dos países europeus com uma maior taxa de execução de marcos e metas, e o montante já recebido situa-se acima da percentagem média da UE. Apenas Espanha já recebeu o terceiro desembolso (no final de março de 2023), enquanto Itália submeteu o terceiro pedido em setembro de 2023.

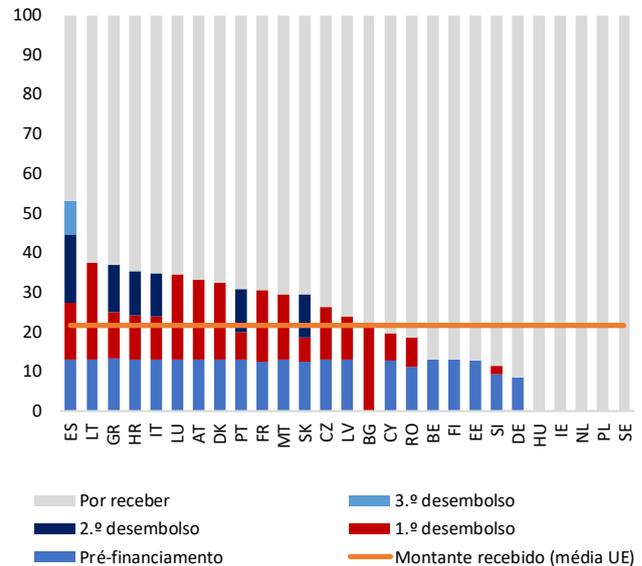
Gráfico 3. Taxa de execução dos marcos e metas
(em percentagem)



Nota: A taxa apresentada corresponde ao número de marcos e metas já cumpridos em cada país, em percentagem do total previsto nos PRR iniciais.

Fonte: *scoreboard* do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

Gráfico 4. Recebimentos da União Europeia versus dotação inicial
(em percentagem)



Nota: O gráfico apresenta o montante recebido por cada país em percentagem da dotação total dos PRR iniciais.

Fonte: *scoreboard* do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

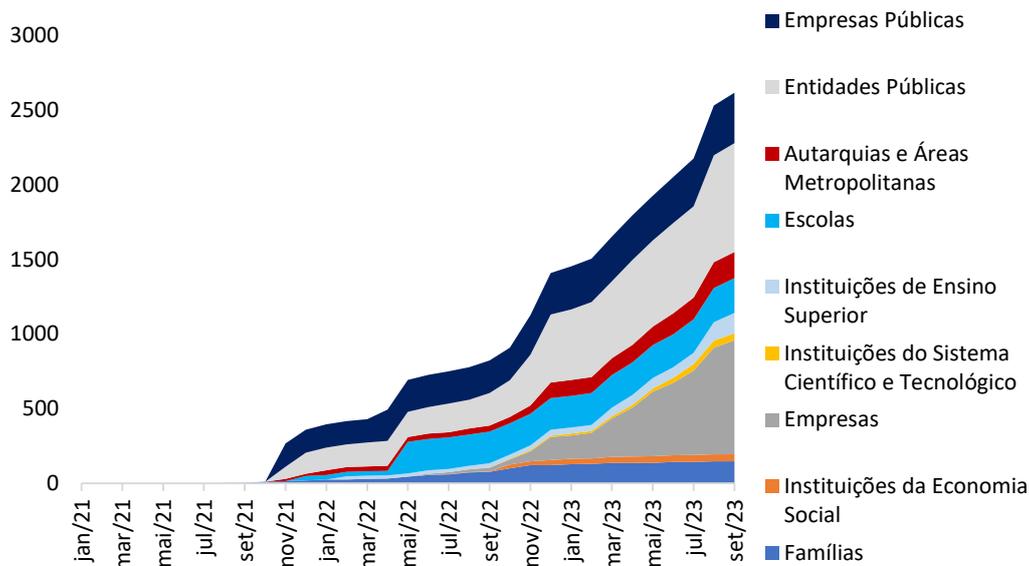
Em paralelo com os esforços relativos à aprovação da reprogramação, prosseguiu o processo de implementação dos investimentos previstos no PRR inicial. A dotação inicial de 16,6 mil milhões de euros encontra-se totalmente contratualizada e 86% estão alocados a candidaturas aprovadas. Adicionalmente, dos cerca de 5 mil milhões de euros transferidos pela Comissão Europeia, até final de setembro, 2,6 mil

milhões foram pagos a beneficiários diretos e finais, encontrando-se ainda 1,1 mil milhões na posse de beneficiários intermediários.

Os pagamentos a beneficiários diretos e finais têm acelerado de forma significativa. Em média, entre janeiro e setembro de 2023, foram entregues 134 milhões de euros por mês (o que compara com 52 milhões no mesmo período do ano anterior). Cerca de 60% dos pagamentos efetuados até setembro tiveram como destinatários empresas privadas ou entidades públicas não empresariais (29% e 28%, respetivamente), sendo ainda de destacar a percentagem entregue a empresas públicas (13%) e a escolas (9%).

Em termos individuais, 26% dos pagamentos efetuados estão concentrados em dez beneficiários. A Secretaria-Geral da Educação e Ciência destaca-se como aquele que recebeu, até ao momento, o montante mais elevado de fundos do PRR (8,6% dos 2,6 mil milhões já entregues), seguindo-se o Metropolitano de Lisboa, E.P.E, a Infraestruturas de Portugal, S.A., o Metro do Porto, S.A. e os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (que, no seu conjunto, representam 9,7% dos pagamentos realizados).

Gráfico 5. Evolução dos pagamentos a beneficiários diretos e finais
(milhões de euros)



Fonte: Recuperar Portugal.

A distribuição dos pagamentos pelos beneficiários reflete a magnitude dos recursos afetos aos projetos pelos quais são responsáveis. O projeto «Transição digital na Educação», da responsabilidade da Secretaria-Geral da Educação e Ciência, é aquele que tem associado um maior volume de pagamentos até setembro (8,5% do total). Os projetos referentes à «Transição digital na Saúde», «Missing links e aumento da capacidade da rede», «Transição digital da Segurança Social» e expansão das redes de metropolitano de Lisboa e do Porto reúnem, no seu conjunto, 9,2% dos pagamentos.

Relativamente aos investimentos previstos no PRR original, o montante de pagamentos já realizados apresenta uma elevada dispersão. Os investimentos C05-i01.01 e C05-i01.02, relativos às «Agendas/Alianças para a inovação empresarial», concentram o maior volume de pagamentos (19,4% do total de pagamentos), distribuídos entre 1027 diferentes beneficiários. No âmbito destes investimentos, foram já efetuados pagamentos num montante correspondente a 18% do valor total aprovado. A este respeito destaca-se o Investimento C13-i01 («Eficiência energética em edifícios residenciais», cujos beneficiários são famílias), em que os pagamentos efetuados correspondem a cerca de 99% do montante aprovado.